

INFORMATIVO SEMANAL: POLÍTICA BRASILEIRA

Os Três Poderes da República

AGO 2025 Semana 15 a 19/09





APRESENTAÇÃO

INFORMATIVO SEMANAL

Data: Semana do dia 15 a 19 de agosto de 2025.

Assunto: Descrição, por semana, das agendas e principais notícias sobre o cenário político atual (Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário) encaminhadas aos clientes do Escritório Bocayuva Advogados.

I- PODER EXECUTIVO

- Foi publicada no Diário Oficial da União Medida Provisória que institui o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter no Brasil (ReData). O objetivo oferecer desoneração para as empresas do setor, tornando o mercado local mais atrativo para receber investimentos. Veja íntegra da medida.
- O governo enviou à Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (17), o projeto de lei que trata da regulação econômica e concorrencial das grandes empresas de tecnologia. O texto será protocolado amanhã (18). Entre outras medidas, a matéria cria órgãos para o acompanhamento das big techs e demanda prestação de contas das empresas ao governo.
- O governo federal publicou uma medida provisória que define o início da vigência do ECA Digital (Estatuto da Criança e do Adolescente) para daqui a seis meses. O texto foi publicado no Diário Oficial da União desta quinta-feira (18). Além disso, o governo também enviou um projeto de lei que designa a







ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados) como órgão responsável pela fiscalização de menores em ambientes digitais.

II- PODER LEGISLATIVO

- A média de apoio ao governo na Câmara dos Deputados aumentou de 44,57%, em julho, para 63,22%, em agosto. Vale ressaltar que, no início de agosto, partidos de oposição anunciaram obstrução nos plenários da Câmara e do Senado, o que reduziu a deliberação de matérias no Congresso Nacional.
- A CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado aprovou, nesta terça-feira (16), o projeto que cria espaço fiscal para as medidas emergenciais do governo federal contra os impactos da taxação dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros (PLP 168/2025). A matéria retira dos limites do arcabouço fiscal, até o final de 2026, os R\$ 30 bilhões para empréstimos e renúncias fiscais anunciados pelo governo no âmbito da MP 1.309/2025. A matéria segue para o plenário do Senado.
- Nesta quarta-feira (17), o plenário da Câmara dos Deputados aprovou a MP da Tarifa Social (MP 1.300/25). Comparado ao texto aprovado na comissão mista, a matéria foi novamente enxugada. Os deputados retiraram modalidades tarifárias e alteraram competências da Aneel. O texto segue para o plenário do Senado e precisa ser votado até o fim do dia, para que não perca a validade.







 O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou que o PL da anistia aos presos do 8 de janeiro (PL 2162/23) tramite na Casa em regime de urgência. Foram 311 votos favoráveis e 163 contrários. Eram necessários 257 a favor da urgência para aprovação. O projeto foi colocado em votação como forma de Motta reduzir os embates na Casa em torno do projeto, que tem atrapalhado o andamento de temas econômicos.

III-PODER JUDICIÁRIO

 O Tribunal de Contas da União (TCU) enviou ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) um novo pedido de posicionamento sobre a competição no leilão do Tecon 10, o mega terminal de contêineres do Porto de Santos. Desta vez, a Corte de Contas direcionou a demanda a uma instância que afasta a participação da presidência do órgão antitruste.

IV-PROJEÇÃO DA AGENDA SEMANAL

SEGUNDA-FEIRA (22/09)

 O presidente Lula participa, em Nova York, da segunda sessão da Conferência Internacional de Alto Nível para a Resolução

4







Pacífica da Questão Palestina e a Implementação da Solução de Dois Estados, convocada por França e Arábia Saudita. A CPMI do INSS ouve depoimento, às 16h, do empresário Rubens Oliveira Costa, sócio de Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como 'Careca do INSS'.

• Divulgação do relatório bimestral de receita e despesa.

TERÇA-FEIRA (23/09)

- O presidente Lula faz discurso de abertura na Assembleia Geral da ONU, em Nova York.
- O presidente Lula participa, juntamente com o secretáriogeral da ONU, do evento de alto nível sobre ação climática, voltado a impulsionar a mobilização internacional e estimular a apresentação de novas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) rumo à COP30.
- O deputado Arthur Lira (PP-AL), relator do projeto de lei sobre isenção de imposto de renda, discute o tema na reunião de líderes da Câmara dos Deputados.
- O Senado pode votar o projeto de lei complementar que trata do Comitê Gestor (Reforma Tributária – PLP nº 108/22).
- O deputado Carlos Zarattini (PT-SP), relator da MP nº 1.303/25, que trata da tributação de bets e aplicações financeiras, apresenta seu parecer.







- A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado pode votar projeto de lei alternativo que concede isenção de imposto de renda a quem ganha até R\$ 5 mil mensais.
- A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado pode analisar o Projeto de Resolução do Senado 8/2025, que limita a dívida consolidada da União.
- A Comissão de Relações Exteriores do Senado realiza audiência pública, às 10h30, com o Embaixador Rubens Barbosa, Presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice) e ex-embaixador do Brasil em Londres e em Washington, sobre a relevância do Brasil no cenário internacional.
- A Comissão de Minas e Energia da Câmara promove, às 10h, audiência pública sobre Cenário público da mineração no Brasil com Tasso Mendonça Junior, Diretor da Agência Nacional de Mineração, Rodrigo Antônio de Agostinho Mendonça, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais (IBAMA), e outros.
- A Comissão de Defesa do Consumidor promove audiência pública, às 14h, sobre Fusão/combinação de preços de passagens aéreas pela Latam, Gol e Azul com Gustavo Augusto Freitas de Lima, e outros.
- O Banco Central divulga a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária que decidiu manter a Selic em 15%.
- A Confederação Nacional da Indústria divulga Sondagem Indústria da Construção







QUARTA-FEIRA (24/09)

- O presidente Lula copresidirá, ao lado do presidente do Chile, Gabriel Boric, e do presidente da Espanha, Pedro Sánchez, a segunda edição do evento "Em Defesa da Democracia".
- A Comissão Mista de Orçamento pode votar o parecer do deputado Gervásio Maia (PSB-PB) ao projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO).
- O Supremo Tribunal Federal retoma julgamento de ação sobre inclusão de empresas de um mesmo grupo econômico na fase de cobrança de uma condenação trabalhista (execução).
- O Supremo Tribunal Federal julga ação sobre a legitimidade do imposto sindical compulsório de 10% destinado às centrais sindicais (ADI 4067).

QUINTA-FEIRA (25/09)

- O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e o diretor de Política Econômica, Diogo Guillen, participam da apresentação do Relatório de Política Monetária (RPM) do 3º trimestre.
- IBGE divulga IPCA-15 de setembro.
- O Banco Central divulga o Relatório de Política Monetária (RPM).
- A Confederação Nacional da Indústria divulga resultados setoriais do Índice de Confiança do Empresário Industrial.







SEXTA-FEIRA (26/09)

- O Supremo Tribunal Federal (STF) conclui julgamento de ação que trata sobre o novo critério de cálculo da renda mensal da aposentadoria por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez), criado na Reforma da Previdência de 2019 (A reforma definiu que, no cálculo da aposentadoria por incapacidade permanente, o valor mínimo do benefício será de 60% da média dos salários do trabalhador, com acréscimo de 2 pontos porcentuais para cada ano de contribuição que exceder a 20 anos).
- A ANEEL decide a bandeira tarifária de outubro.



